

Agricultura familiar e agroecologia no município de Praia Grande (SC)*

*Josane Moreira de Costa*¹
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo

Nos últimos anos acentuou-se a preocupação com a preservação do meio ambiente e com a qualidade de vida no planeta. Dessa preocupação surgiu o conceito de desenvolvimento sustentável, sendo que a agricultura incorporou esse termo. A agricultura familiar, imersa numa crise sócio econômica e ambiental decorrente da modernização tecnológica, tornou-se alvo do desenvolvimento sustentável e a agroecologia aparece como

Abstract

In the last years the concern about preservation of the environment and about quality of life on the planet has been growing. From this concern has emerged the concept of sustainable development which agriculture has incorporated. Since family agriculture has plunged into a socioeconomic and environmental crisis derived from technological modernization, it has become a target of sustainable development, and agroecology has turned up the main alternative

* Family agriculture and agroecology in the municipality of Praia Grande (SC).

¹ Bióloga. Mestre em Geografia/UFSC.

principal alternativa, com adeptos em vários lugares no território brasileiro, entre eles o município de Praia Grande, localizado no Sul de Santa Catarina. Esta pesquisa teve como objetivo analisar a organização da agricultura familiar no município de Praia Grande, focalizando a agroecologia como modelo alternativo de produção, associando-a ao conceito de desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Agroecologia, desenvolvimento sustentável, agricultura familiar.

with followers at several places in Brazil, among them the Municipality of Praia Grande, located in the Southern part of Santa Catarina. This research intends to analyse the organization of family agriculture in Praia Grande, in particular, focusing on agroecology as an alternative model of production, associated to the concept of sustainable development.

Keywords: Agroecology, sustainable development, family agriculture.

Introdução

Nas últimas décadas a sociedade mundial, em graus diversos, passou a preocupar-se com o desenvolvimento sustentável. Questão que ganhou força quando se firmou a consciência de que a degradação ambiental era provocada pelas atividades econômicas desenvolvidas pelo homem.

A partir daí os estudiosos começaram a discutir várias formas de desenvolvimento sustentável, associando indicadores econômicos, ambientais e sociais. Como a atividade agrícola mantém estreita relação com o meio ambiente, os efeitos negativos sobre este se tornaram comuns e o setor agropecuário, também, adotou o termo sustentável. Entende-se por agricultura sustentável um conjunto de técnicas produtivas consideradas “naturais”, ou seja, que prejudique o menos possível o ambiente para que este possa se reciclar e as gerações futuras, também, possam utilizá-lo.

A agroecologia se desenvolve com o apoio de métodos tradicionais, utiliza insumos químicos, que não prejudicam a natureza, vai ao encontro do que se espera da agricultura sustentável.

Portanto, estudar as práticas agroecológicas, associadas ao desenvolvimento sustentável, torna-se importante e oportuno tendo em vista as preocupações em torno da preservação ambiental. A sociedade capitalista incorporou a idéia de “lucro financeiro”, colocando a natureza num segundo plano. Se esta não for preservada, as próximas gerações estarão condenadas a enfrentar problemas vitais e sem soluções em face das alterações ambientais no planeta.

Na agricultura, a agroecologia surge como uma alternativa substitutiva da agricultura convencional, assentada no emprego de insumos químicos e mecânicos. As práticas agroecológicas visam o desenvolvimento sócio econômico da população, sem destruir o meio ambiente. É importante lembrar que a agroecológica não garante, necessariamente, o desenvolvimento sustentável de quem a pratica, mas ela expressa uma maneira diferente de ver a vida.

A escolha do município de Praia Grande (SC), como área de investigação empírica, ocorreu após conhecer os produtores ecológicos em feiras realizadas na cidade de Criciúma (SC). O sustentáculo econômico de Praia Grande é a atividade agrícola explorada predominantemente por produtores familiares. Como em outras regiões do país, naquela área, a modernização tecnológica da agricultura, também, provocou agravantes, destacando-se os sócio econômicos, resultando em exclusão social rural. Dos que persistiram na agricultura, alguns buscaram alternativas, adotando práticas agroecológicas.

A agroecologia, nas explorações familiares, torna-se importante em função de alguns fatores que serão explicitados: as práticas agroecológicas apoiam-se em técnicas tradicionais, utilizadas e transmitidas pelas gerações passadas; os custos são menores, condizentes com a realidade do produtor familiar contemporâneo; não prejudica o meio ambiente; por fim, requer mais mão de obra, possibilitando emprego a um número maior de pessoas.

Este trabalho teve como objetivo analisar a organização da agricultura familiar no município de Praia Grande, focalizando a agroecologia como modelo alternativo de produção, associando ao conceito de desenvolvimento sustentável.

Para alcançar os objetivos propostos, adotou-se os seguintes procedimentos metodológicos: na primeira fase, foi efetuado levantamento bibliográfico pertinente ao tema (agroecologia e desenvolvimento sustentável) e a área de pesquisa.

A segunda fase consistiu-se de trabalho de campo para colher informações sobre a atividade agroecológica no município de Praia Grande. Nessa etapa foram realizadas entrevistas com os produtores e com os técnicos da Empresa de Pesquisa e Assistência Agropecuária de Santa Catarina – EPAGRI, que os assessoram naquelas práticas, as quais foram gravadas e posteriormente transcritas.

As entrevistas com os técnicos da EPAGRI, Maria Bernadete Perius e Rogério Dal Pont, foram feitas em duas etapas: a primeira em outubro de 1999, para obter informações sobre a formação do grupo e da Associação dos Colonos Ecologistas do Vale do Manpituba - ACEVAM e sobre o trabalho desenvolvido na área; a segunda etapa em julho de 2000, para esclarecer dúvidas que surgiram no decorrer da redação do trabalho.

Das oito famílias que trabalham com agroecologia no Município, sete foram entrevistadas individualmente no período de janeiro a fevereiro de 2000. As perguntas, semi-estruturadas, versaram sobre: a) o porque da mudança para agroecologia; b) a formação da ACEVAM; c) a produção: práticas e formas de comercialização; d) o significado da agroecologia.

1. Agroecologia, agricultura familiar e desenvolvimento sustentável: algumas considerações

Nas últimas décadas, a relação homem/meio ambiente se tornou alvo de preocupação mundial e tem dado origem a debates, discussões e pesquisas.

As atividades econômicas alteram, de maneira muito rápida, o território e, conseqüentemente, também a paisagem. Rodrigues (1993, p. 80) coloca que a velocidade das mudanças afetam o conceito de “renovabilidade” dos recursos naturais:

“alguns recursos que até recentemente eram considerados “renováveis” como a água, o ar, vegetação e mesmo os solos, sofrem um processo irreversível de esgotamento, poluição, destruição, tornando-se hoje recursos “não renováveis”.

Com a expansão capitalista no meio rural, alterou-se o processo de produção e também o calendário agrícola. De acordo com Gonçalves (1992), não é mais o espaço vivido capaz de determinar o que vai ser feito nele mesmo, e sim a demanda de mercado. Com isso, altera-se a natureza, mas os agravantes só serão detectados ao longo do tempo. Nessa perspectiva, foi a partir da questão ambiental que o qualificativo de sustentável começou a ser associado ao de desenvolvimento. Ehlers (1996) diz que a expressão desenvolvimento sustentável traduz a esperança de um desenvolvimento que concilie, por muito tempo, o crescimento econômico e a conservação dos recursos naturais.

As preocupações com a “agricultura sustentável” decorrem da insatisfação com a agricultura industrial, praticada com base nos princípios da “Revolução Verde”. Nesse modelo “milagroso”, estavam embutidos pacotes tecnológicos caracterizados pelo emprego de maquinários, insumos químicos (fertilizantes e agrotóxicos), variedades geneticamente melhoradas de alto rendimento, sistemas de irrigação, dentre outros. Em meados da década de 60, com o apoio do Estado, difundiu-se o modelo da Revolução Verde no Brasil, mas foi a partir da década de 70, que se intensificou a modernização tecnológica na agricultura.

No processo, os agricultores que tinham recursos, principalmente terra e capital, inseriram-se no novo padrão tecnológico. Mas a modernização não foi homogênea e sim seletiva, privilegiou regiões, produtos e categorias de produtores. Nesse contexto, a maior parte dos produtores familiares foi marginalizada ou excluída. Assim, aqueles que não tinham condições financeiras para adquirir as novas tecnologias, tiveram que abandonar a terra e tentar uma nova vida, nem sempre com sucesso.

Ao comentar sobre essa questão, Altieri (1998) ressalta que vários problemas e impasses começaram gradualmente a ganhar forma, indicando crescentes dificuldades de manutenção do padrão produtivo, principalmente com o aparecimento de limites relacionados à sustentabilidade econômica, ambiental e social. A partir desses problemas, a agricultura incorporou o termo desenvolvimento sustentável, iniciando a busca de formas de exploração sustentável. Mas, Paschoal (1995) adverte que a agricultura industrial não pode ser um modelo de agricultura sustentável e que esta só pode estar relacionada com o uso racional dos recursos naturais.

Na operacionalização do conceito de agricultura sustentável, surgiram vários tipos de agricultura alternativa, cujas práticas agrícolas para Ehlers (1996) podem ser divididas em quatro grandes vertentes:

a biodinâmica, a orgânica, a biológica e a natural. Essas vertentes apresentam variantes ou denominações tais como: permancultura, agricultura ecológica, agricultura ecologicamente apropriada, agricultura regenerativa ou, ainda, agroecologia. Agroecologia, também chamada de agricultura orgânica, é um método que visa proteger o meio ambiente, dar retorno econômico aos agricultores, manter a equidade social e fornecer alimentos saudáveis aos consumidores.

Como relembra Altieri (1998), restaurar a “saúde ecológica” não é o único objetivo da agroecologia. A sustentabilidade, idéia central da agroecologia, só é possível com a preservação da diversidade cultural que nutre as agriculturas locais. Nesse sentido, o conhecimento do agricultor familiar sobre os ecossistemas torna-se muito valioso, podendo resultar em estratégias produtivas de uso da terra, que criam, embora com limites, a auto-suficiência alimentar das comunidades em determinadas regiões.

É oportuno salientar que, nos sistemas agrícolas tradicionais, os produtores familiares interagem com o meio ambiente, sem recorrer ao emprego de insumos químicos. De maneira criativa, usam o conhecimento acumulado e os recursos locais disponíveis, desenvolvendo sistemas agrários sustentáveis, nos moldes que se entende hoje como agroecologia. LAGES (1998) enfatiza que, com o processo de industrialização e urbanização, a agricultura familiar perdeu a identidade e o trabalho do produtor passou a ser pouco valorizado. No momento em que o pensamento ambientalista conquistou espaço, a agricultura familiar começou a ser “reconhecida”, pois além de cumprir função econômica, ela também pode desempenhar papel fundamental na preservação ambiental.

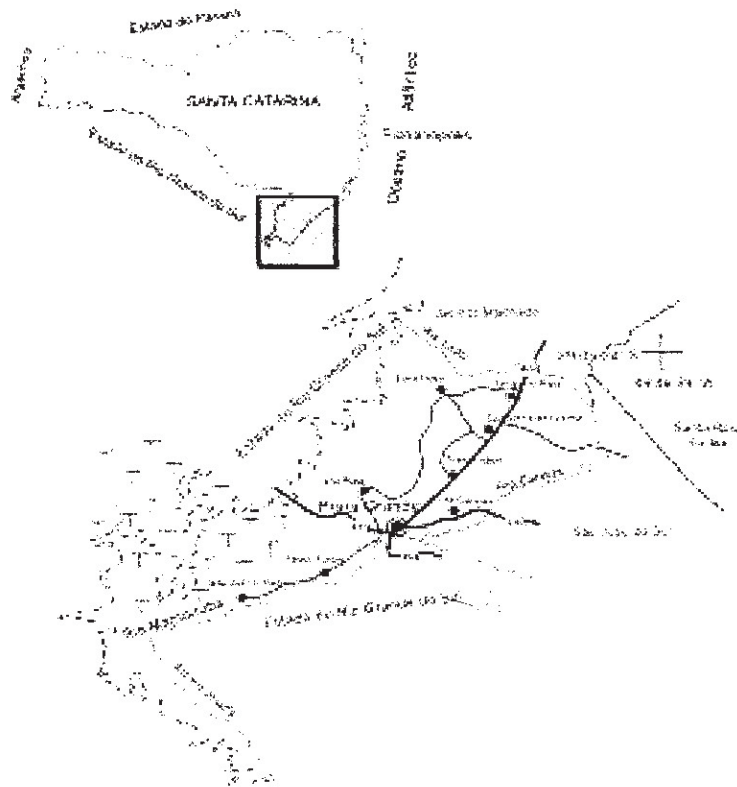
Pode-se concordar com Weid (1997, p.7), quando diz que “*um modelo sustentável deverá estar baseado no emprego da agroecologia e na agricultura familiar e que existe uma relação biunívoca entre uma e outra*”, mas coloca que vários fatores (entre eles, o econômico) interferem neste modelo e podem ou não contribuir para a sua sustentabilidade.

O uso de agrotóxicos reduz o trabalho na agricultura, possibilitando não só o extermínio das “pragas”, mas também o aumento da produtividade. Como o principal objetivo do agricultor é a produção, pois disso depende a sua subsistência, a visão dos danos causados ao meio ambiente, a saúde dos produtores e consumidores, pelos insumos químicos não é bem nítida ou é relegada a um plano secundário.

2. Gênese e significado da agroecologia para os produtores familiares em Praia Grande

O Município de Praia Grande está localizado no extremo sul catarinense (Figura 1), na microrregião que tem este mesmo nome, com área territorial de 295km², abrigando uma parte do Parque Nacional de Aparados da Serra, criado em 1959 pelo Governo Federal.

Figura 1
Localização geográfica do município de Praia Grande



Fonte: IBGE, Folha Praia Grande. Mapa Político do Estado de Santa Catarina, 1994.
Escala 1:500.000
Secretaria de Estado do Planejamento e Fazenda
Diretoria de Geografia, Cartografia e Estatística

Revista de Ciências Humanas, Florianópolis: EDUFSC, n.31, p.93-108, abril de 2002

A maior parte da área agrícola do município encontra-se situada na várzea onde o solo (terra roxa) apresenta aptidão para culturas de ciclo curto, possibilitando emprego de tecnologia. Nesse patamar o cultivo principal é o arroz irrigado.

Nas encostas, o relevo impõe limites ao uso de tecnologia e, nessas áreas, o principal cultivo é a banana.

A região do extremo sul catarinense, onde se localiza Praia Grande, apresenta clima subtropical úmido com verão quente. A precipitação total anual varia de 1500 a 1900mm. A temperatura no verão (janeiro) alcança a média de 24°C e a do inverno (julho) oscila entre 12°C a 14°C (GAPLAN, 1986).

Estas características do clima regional possibilitam o desenvolvimento de diversos cultivos, destacando-se a fruticultura de clima temperado, como pêssago, ameixa; e a de clima tropical, como maracujá, banana e abacaxi. Além disso, se sobressaem os cultivos de ciclo curto (*trigo, milho, soja, feijão, mandioca, fumo e arroz*). Estas atividades são exploradas em pequenas propriedades (com área de até 50 ha) com mão-de-obra familiar.

A rizicultura e a fumicultura são atividades especializadas que se expandiram nas últimas décadas, incorporaram pacotes tecnológicos e a produção destina-se ao mercado. No processo, o município de Praia Grande também sofreu os efeitos negativos da modernização agrícola e, alguns produtores familiares, insatisfeitos com aquele padrão, optaram pela agroecologia como modelo alternativo de produção.

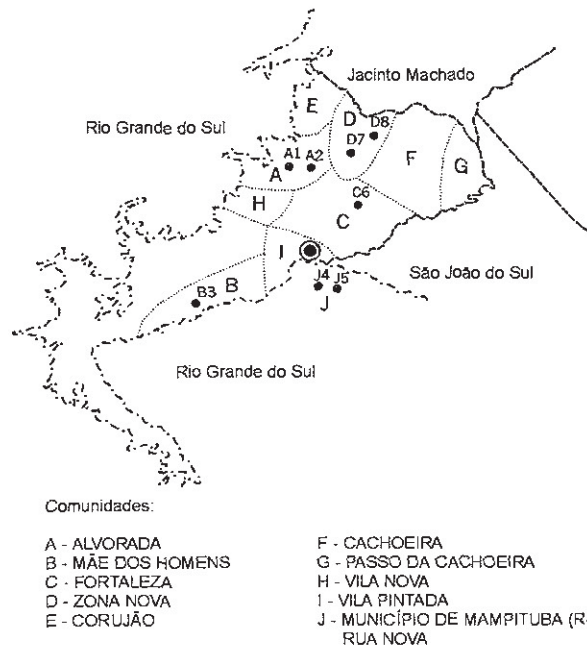
No começo dos anos 90, sob a liderança dos extensionistas Maria Bernadete Perius e Rogério Dal Pont (agrônomo), ambos vinculados a Empresa de Pesquisa Agropecuária – EPAGRI, teve início o trabalho agroecológico na área.

Os agricultores que integram o grupo de produtores agroecológicos de Praia Grande foram convidados a ingressar na atividade pela extencionista Maria Bernadete Perius. Alguns começaram a participar a convite de colegas que iniciaram um pouco antes e outros conheceram a proposta através da Igreja. A decisão de mudar as técnicas de produção, na maioria dos casos, foi tomada pelo núcleo familiar.

Com a organização dos agricultores, em 04/11/1994, constituiu-se a Associação dos Colonos Ecologistas do Vale do Mampituba – ACEVAM que, passou a ser um espaço de articulação e organização dos produtores ecológicos do município de Praia Grande, no extremo sul de Santa Catarina.

O grupo iniciou com aproximadamente vinte famílias e, hoje, encontra-se reduzido a oito (Figura 2). Os produtores apontam como principal causa da desistência, a enchente ocorrida no Natal de 1995, que destruiu praticamente toda a produção agrícola local. Segundo relatos, no momento em que os produtores agroecológicos solicitaram financiamento, esse só encontrava-se disponibilizado para “agricultura moderna”. Como muitos não tinham outra fonte de renda e nem a quem recorrer, a alternativa foi retornar à produção agrícola convencional. Outros atribuíram como causa da desistência, a dificuldade dos produtores em trabalhar com as técnicas agroecológicas.

Figura 2
Localização e identificação das propriedades familiares agroecológicas no município de Praia Grande.



Fonte: IBGE, Folha Praia Grande. Mapa Político do Estado de Santa Catarina, 1994.
Escala 1:500.000
Secretaria de Estado do Planejamento e Fazenda. Diretoria de Geografia, Cartografia e Estatística

Atualmente a ACEVAM recebe apoio da EPAGRI, do Centro Ecológico que é uma organização não governamental com sede em Ipê, município do Rio Grande do Sul, com quem troca informações e da Universidade Federal do Extremo Sul Catarinense.

A situação da ACEVAM hoje é crítica, e o seu principal problema é a falta de recursos financeiros. O número reduzido de agricultores no Grupo também deve repercutir na questão financeira. Além disso, segundo os entrevistados, muitos agricultores, que tinham algum recurso saíram do grupo quando perceberam que o processo agroecológico não daria, de início, um retorno econômico rápido, como a agricultura convencional. Dessa forma, “só ficou o pessoal mais fraco, descapitalizado” e isso, em parte, também explica o porque das desistências.

É importante esclarecer que no município de Praia Grande, a descapitalização não foi consequência da agricultura convencional. Constatou-se, nas entrevistas, que alguns produtores não possuíam recursos financeiros para investir na agricultura e, por isso, foram marginalizados da modernização tecnológica. No processo, ocorreu o êxodo rural, muitas famílias foram trabalhar na área urbana, em centros maiores ou, no meio rural, em outros estados da federação.

Aos problemas sociais, gerados pela modernização tecnológica da agricultura, agregaram-se outros, relacionados a saúde da população, que manuseia os insumos químicos e da que consome os produtos agropecuários. Mesmo assim, o principal fator que levou os produtores da Praia Grande e, de outras regiões do país, a adotar as práticas agroecológicas foi a possibilidade de melhorar a renda.

Os agricultores manifestam suas opiniões sobre os motivos que limitam a prosperidade da ACEVAM. O primeiro, já comentado, é a falta de dinheiro. Os outros são: falta de organização e um pouco de “afobação” no início dos trabalhos; distância geográfica dos centros urbanos, falta de apoio público e radicalismo inicial da própria ACEVAM. Ela não permitia que seus associados mantivessem um plantio convencional para obter renda enquanto trabalhavam a agroecologia e, por fim, também se apontou o clima como fator negativo na produção.

Para os produtores, ser associado da ACEVAM é muito importante. Ela contribui para o desenvolvimento das atividades nas propriedades por meio de troca de informações e de técnicas (produtores e técnicos), discutem questões como: plantio, desenvolvimento dos cultivos e

comercialização dos produtos. Além disso, constatou-se que, após a constituição da ACEVAM, aumentou a conscientização da população para conservar o meio ambiente. O trabalho da agroecologia passou a ser valorizado e respeitado; por fim, aumentou o consumo local de produtos agroecológicos, comercializados na feiras e nas propriedades.

Como fator principal para a mudança de técnicas, os produtores ressaltaram a disposição de não utilizar mais “veneno” na agricultura, demonstrando consciência dos danos que os agrotóxicos podem causar à saúde.

A partir dessas respostas, tentou-se apreender o significado da agroecologia para os produtores familiares, associando-a com a concepção de vida. Os produtores foram unânimes em dizer que a agroecologia representa a preservação do meio ambiente e o não uso de insumos químicos (principalmente agrotóxicos). Para os produtores, a agricultura é uma atividade econômica que depende diretamente dos recursos do meio ambiente; nesse sentido, demonstram uma notável preocupação em utilizar a natureza, respeitando-a e entendendo-a como parte fundamental na vida dos seres vivos. Para alguns produtores a agroecologia é uma forma diferente de se viver, pois há também mais união entre os membros da família. Além disso, para os associados da ACEVAM, a agroecologia não representa só uma atividade que visa lucro ou renda para as famílias. Embora o retorno econômico seja importante, as novas práticas agrícolas lhes possibilitam viver e visualizar a vida de maneira diferente, valorizando mais a natureza e o ser humano.

Embora os produtores estejam aparentemente conscientes dos malefícios do padrão agrícola convencional, por dificuldades financeiras a agroecologia não é a única atividade agrícola da propriedade e isso contradiz o discurso dos agricultores. A maior parte (6) dos entrevistados estão envolvidos com outras atividades agropecuárias exploradas com tecnologia, destacando-se a criação de animais (porcos, gado de leite e aves) e cultivos (feijão, milho e arroz) destinados à subsistência e ao mercado.

3. A produção agroecológica: práticas e comercialização.

Na produção agroecológica em Praia Grande são explorados dois tipos de cultivos: olerícolas e frutícolas e eles têm como finalidades subsistência e o comércio. Para desenvolver a produção, todos os produtores compram sementes (não agroecológicas) e esterco dos aviários,

no município de Araranguá, para adubação. Ao comentar sobre o uso de sementes e mudas Paschoal (1994) enfatiza que os órgãos fiscalizadores da agricultura ecológica recomendam que elas devam ser produzidas organicamente no próprio local, ou proceder de propriedades ou viveiros orgânicos certificados. As sementes e mudas não devem ter sido tratadas com agrotóxicos. Em Praia Grande, não se faz fiscalização quanto ao tipo de sementes utilizadas, mesmo porque não existem sementes agroecológicas na região.

Além do esterco e das sementes, alguns agricultores ainda compram cal, cobertura de canteiro, sal amargo, DIPEL (defensivo biológico para a lagarta), adubação verde, calcário, sulfato de cobre. O calcário é utilizado para a correção da acidez do solo. A cal, o sulfato de cobre e o sal amargo são empregados para fabricação de defensivos biológicos, como por exemplo, a calda bordalesa que tem ação de fungicida no combate às pragas.

Como na maior parte (6) das famílias os filhos ainda são pequenos, o trabalho na produção é realizado pelo casal. Não existe divisão das tarefas agrícolas; as mulheres, além de ajudar os maridos na lavoura, também são responsáveis pelos afazeres domésticos. Algumas também industrializam artesanalmente compotas e doces. Em épocas de plantio e colheita, que exigem mais mão-de-obra, é prática comum entre os produtores recorrer à “troca de favores” entre eles e, também, com seus familiares. Além disso, alguns membros recorrem ao trabalho assalariado fora da propriedade para complementar a renda e suprir as necessidades básicas do grupo familiar.

Algumas práticas são fundamentais para a produção agroecológica e devem ser seguidas. Uma delas é que a área de exploração deve ficar distante de fontes poluidoras. Os agricultores afirmaram que as áreas agroecológicas não eram anteriormente exploradas com agricultura convencional (eram ocupadas por pastagens ou culturas de subsistência onde não se utilizavam insumos químicos). Entretanto, pela proximidade das atividades agropecuárias que se desenvolvem com insumos químicos, pode-se inferir, mesmo sem ter sido realizado algum tipo de análise (solo, água) para comprovação, que as áreas usadas com agroecologia podem não atender ao padrão recomendado.

A irrigação das lavouras também deve ser realizada com água de fontes não contaminadas, tanto de superfície como subterrâneas.

Os produtores afirmaram que a água usada não é contaminada, entretanto, não mencionaram a ocorrência de inspeções para análise da qualidade da água.

Para a agroecologia também são recomendadas técnicas tais como plantio em curva de nível e com faixas de retenção, cobertura morta e/ou viva sobre solo para evitar sua exposição prolongadas ao sol e a chuva. Também se recomenda rotação e/ou consórcio de culturas, policulturas, tração animal, adubações orgânicas e verde. Essas técnicas são utilizadas pelos produtores agroecológicos de Praia Grande, de acordo com as especificidades de cada propriedade.

Associando as técnicas agroecológicas recomendadas e as práticas dos produtores entrevistados, percebe-se o avanço em relação às técnicas alternativas. Contudo, as dificuldades financeiras, a falta de apoio e de informações corretas sobre agroecologia são fatores limitantes à expansão daquela prática e ao desenvolvimento sustentável da agricultura familiar.

Quando inquiridos sobre financiamento, os produtores revelaram claramente as dificuldades. O único financiamento conseguido pela ACEVAM foi obtido no BESC, para a compra de uma Kombi que faz o transporte dos produtos das propriedades até o local da comercialização. No plano individual, somente um conseguiu financiamento do PRONAF. A dificuldade em obter financiamento é consequência da própria descapitalização do produtor familiar, sendo necessário uma renda mínima para obter crédito e isso se reflete na produção.

Quanto à comercialização, em 1994, teve início em Praia Grande, a feira ecológica dos associados da ACEVAM. Posteriormente, eles tentaram conquistar espaços de comercialização nas feiras de produtos agrícolas convencionais, em cidades próximas como: Criciúma, Sombrio e Araranguá. Mas enfrentaram dois obstáculos: a pouca variedade e pequeno volume de produtos, e a rivalidade dos concorrentes. Também já tentaram vender os produtos em supermercados, o que também não foi economicamente viável, devido às normas impostas pelos supermercados. A soma desses fatores fizeram que os produtores de Praia Grande desistissem daqueles espaços de comercialização, permanecendo somente no mercado local, onde a feira não é realizada de forma regular. Os produtos também são vendidos nas propriedades.

Os produtos são comercializados “*in natura*” ou industrializados artesanalmente, tipo “fundo de quintal” como: suco de maracujá, doces em pasta (figo, pêssego, banana), compotas (figo, pêssego, pepino, brócolis, beterraba), pão e bolo integral, granola, molho de tomate, ervas medicinais e sabonete e shampoo sem conservantes.

O mercado se organiza a partir da produção. A falta de infraestrutura, de planejamento da produção, de organização de Grupo e as dificuldades financeiras dos produtores refletem negativamente nos resultados da produção e na comercialização dos produtos agroecológicos de Praia Grande, podendo comprometer a permanência e manutenção da ACEVAM.

4. Considerações finais

Os conceitos de agroecologia e desenvolvimento sustentável são complexos, existindo divergências entre os estudiosos. Essa falta de consenso quanto aos aspectos teóricos conceituais, conseqüentemente, reflete-se nas práticas. A agroecologia apoia-se em práticas naturais complexas que não sejam agressivas à natureza, combinando recursos necessários à produção agrícola. Além de responder aos anseios da sociedade, ela deve significar um modo de vida, em que exista respeito e harmonia com a natureza e homens entre si.

A palavra sustentabilidade lembra sustento, suporte. Isto é, para uma atividade ser considerada sustentável, torna-se importante que todos os recursos necessários à sua prática possam ser obtidos na própria área.

A produção agroecológica de Praia Grande não vem apresentando sustentabilidade do ponto de vista cultural, social, econômico e ambiental. Mesmo assim, os extensionistas rurais tiveram importância fundamental na introdução e no desenvolvimento das práticas agroecológicas no município. Entre os associados da ACEVAM se formou uma consciência de preservação ambiental, a qual vem se propagando na população municipal. Entretanto, não se pode, por isso, afirmar que existe sustentabilidade cultural, a qual só é possível com a preservação da diversidade cultural que nutre a agricultura local. Nesse sentido, ainda há poucos (08) produtores envolvidos com a nova prática e também porque, nem sempre o que usam no processo de produção é legado de seus antepassados.

Em nível ambiental, também não se pode considerar a agroecologia sustentável, apesar das várias práticas adotadas. Sobre essa questão devem ser destacados: a proximidade da área agroecológicas com as atividades agropecuárias convencionais, a não comprovação da pureza da água utilizada nas lavouras, a compra de sementes geneticamente modificadas e de esterco dos aviários da região.

É importante lembrar que estes fatores contrariam os preceitos da sustentabilidade ambiental e eles não ocorrem só no município de Praia Grande, mas devem ser práticas adotadas pelos produtores agroecológicos da região ou do país.

Em Praia Grande a agroecologia também não é sustentável em nível sócioeconômico, tendo em vista as dificuldades financeiras dos produtores, que se refletem diretamente na produção e na comercialização dos produtos. A renda insuficiente repercute no plano social (educação, cultura, lazer e saúde), acentuando as desigualdades.

As dificuldades enfrentadas pelos associados da ACEVAM para comercializar a produção indicam que o segmento necessita do apoio das ONGs e do Estado, não só financeiro, mas também no plano técnico, gerencial e na organização do mercado. Só com isso, a agroecologia poderá se tornar uma importante fonte de renda para a economia local e nacional.

Por fim, é importante ressaltar o papel da produção familiar na economia, na geração de trabalho e no abastecimento alimentar do país, cuja questão deve ser reconhecida e traduzida em políticas públicas. No caso específico dos associados da ACEVAM, sua permanência enquanto grupo só será assegurada se forem adotadas medidas para aprimorar a produção e comercialização. O desenvolvimento sustentável da agricultura familiar é questão desejável para a economia local, regional e nacional.

Referências bibliográficas

ALTIERI, M. *Agroecologia. A dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.

EHLERS, E. *Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma*. São Paulo: Livro da Terra, 1996.

GONÇALVES, C. W. P. Geografia política e desenvolvimento sustentável. *Terra Livre*, São Paulo, n.11-12, p.9-76, 1992-93.

LAGES, V. N. Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável: questões para o debate. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, XVI, 1998. Presidente Prudente (SP). Anais do Encontro Nacional de Geografia Agrária. 1998. Presidente Prudente (UNESP), 1998, p. 31-44.

PASCHOAL, A. D. Modelos sustentáveis de agricultura. *Revista Agricultura Sustentável*, Jaguariúna (EMBRAPA), n.2, p. 11-16, Jan/Jun, 1995.

PASCHOAL, A. D. *Produção orgânica de alimentos: agricultura sustentável para os séculos XX e XXI*. Piracicaba (SP): ESALQ, 1994.

RODRIGUES, A. M. Espaço, meio ambiente e desenvolvimento: releituras do território. *Terra Livre*, São Paulo, n. 11-12, p. 77-90, 1992-1993.

SANTA CATARINA (Estado). Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral. Atlas de Santa Catarina. Rio da Janeiro: Aero-foto Cruzeiro, 1986.

SANTA CATARINA (Estado). Secretaria de Estado de Coordenação Geral. Diagnóstico Municipal de Praia Grande. Florianópolis: SEBRAE, 1990.

WEID, J. M. von der. Entrevista. *Revista Agricultura Sustentável*, Jaguariúna (EMBRAPA), n.1-2, p.5-10, jan/dez, 1997.